

Convênio de Mútua Cooperação que entre si firmam a **PBH ATIVOS S.A** e a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** para a realização de atividades de assessoramento no acompanhamento do contrato de Parceria Público Privada de concessão administrativa para a prestação de serviços não assistenciais de apoio e infraestrutura a rede de atenção primária à saúde do Município de Belo Horizonte, precedida de obras de reconstrução e construção de novas unidades.

Processo: 01.016000.19.40

A **PBH ATIVOS S.A**, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. **Pedro Meneguetti** e pela sua Diretora Executiva, Sra. **Beatriz de Moraes Ribeiro**, doravante denominada **CONVENENTE**, e a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, neste ato representada pelo seu Secretário, **Jackson Machado Pinto**, doravante denominada **CONVENIADA**, e considerando que:

- a Lei nº 10.003, de 25 de novembro de 2010 , e o Estatuto Social da **CONVENENTE**, preveem como objetivo social da **CONVENENTE** auxiliar o Município na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral, agindo somente no sentido de complementar as políticas públicas deliberadas pelos órgãos competentes, não podendo assumir outras funções e/ou responsabilidades da Administração Direta ou Indireta sem que para isso tenha sido contratada ou conveniada, procurando, sempre que possível, obter ganho econômico;
- a **CONVENENTE** tem ainda como objeto social, nos termos do inc. VI do art.2º da Lei nº 10.003/2010, auxiliar o Município em projetos de concessão e parceria público privada;
- o Decreto nº 16.694/2017 atribuiu à **CONVENENTE** a função de coordenar a organização de núcleos setoriais para acompanhamento e gestão dos contratos de concessão e de parcerias público-privadas em cada secretaria, órgão ou entidade do Poder Executivo responsável pelo serviço ou atividade objeto da contratação, prestando assessoramento técnico aos núcleos setoriais criados pelo Comitê Gestor de Parceria Público-Privada, sempre por meio de contratos ou convênios administrativos;



[Handwritten signature]
Mayra Ferreira Torres - BM 110.243-3
Assessoria Jurídica / SMOA

Página 1 de 12

[Handwritten signature]

- o Município de Belo Horizonte, por meio da **CONVENIADA**, de acordo como que dispõe a Lei nº 10.330, de 15 de dezembro de 2011, realizou a Concorrência nº 008/2011, para a delegação dos serviços não assistenciais de apoio e infraestrutura para rede de atenção primária à saúde do Município de Belo Horizonte, precedida de obras de reconstrução e construção de novas unidades.
- em 18 de fevereiro de 2016, em razão da Concorrência nº 008/2011, foi assinado entre o Município de Belo Horizonte e a **CONCESSIONÁRIA**, Saúde Primária BH, o Contrato de Concessão administrativa (Processo nº 04.001226.11.05), com o prazo de 20 (vinte) anos;
- conforme ata de reunião realizada em 21/06/2018, entre a **CONVENIADA**, a **CONVENENTE**, a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap e a **CONCESSIONÁRIA**, a atualização das especificações dos serviços a serem executados pela **CONCESSIONÁRIA** e a otimização dos custos das obras exigirão a celebração de termo aditivo bem como de análise de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

As partes celebram o presente **CONVÊNIO**, nos seguintes termos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O **CONVÊNIO** tem por objeto a mútua cooperação técnica entre a **CONVENENTE** e **CONVENIADA** para o acompanhamento do contrato de parceria público-privada de concessão para a delegação de serviços não assistenciais de apoio e infraestrutura para rede de atenção primária à saúde do Município de Belo Horizonte, precedida de obras de reconstrução e construção de novas unidades.



Mayra Ferreira Tavares - BM 110.243-3
Assessoria Jurídica / SUSA

Página 2 de 12

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 2.1. A obtenção, organização e gestão de informações e dados técnicos relacionados ao Contrato de Concessão necessários ao assessoramento prestado pela **CONVENIENTE** são de responsabilidade da **CONVENIADA**, que poderá valer-se do apoio de outros órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
- 2.2. A **CONVENIENTE** poderá consolidar as informações prestadas pela **CONVENIADA**, podendo combiná-las com as informações técnicas disponibilizadas por outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública, sem prejuízo de outras informações obtidas junto a consultores externos eventualmente contratados para esse fim.
- 2.3. O produto decorrente do assessoramento prestado pela **CONVENIENTE** não possui natureza vinculativa, considerando que a atuação da PBH Ativos é limitada ao previsto no inciso II do art. 1º do Decreto nº 15.534/2014, no art. 3º do Decreto nº 16.694/2017 e no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.003/2010.
- 2.4. A **CONVENIADA**, na condição de representante do Poder Concedente, é a responsável pela gestão do Contrato de Concessão e, portanto, pela validação dos produtos oriundos do presente acordo e pelo monitoramento e controle dos seus prazos de entrega, devendo os atos realizados no Contrato serem tecnicamente subsidiados pelo seu núcleo setorial de parceria.
- 2.5. A troca de documentos e informações entre os **CONVENIENTES** e terceiros apoiadores da Administração Pública e/ou contratados deverá respeitar o princípio da transparência e da publicidade, resguardados eventuais casos de sigilo oficial.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

3.1. Da CONVENIADA:

- a) acompanhar e gerir a execução do Contrato de Concessão, bem como do contrato firmado com o verificador independente;
- b) desenvolver e manter em funcionamento registro das principais informações, dados ou aspectos referentes à execução do Contrato;
- c) manter, organizar e, quando demandada, colocar à disposição da CONVENIENTE todas as informações, estudos técnicos e documentos relacionados ao Contrato de Concessão;
- a) demandar formalmente a CONVENIENTE para o assessoramento econômico-financeiro e/ou jurídico necessário à adequada gestão do Contrato de Concessão.

3.2. Da CONVENIENTE:

- a) quando demandada, prestar assessoramento técnico de natureza econômico-financeira e jurídica para fins da adequada gestão e acompanhamento do Contrato de Concessão pela CONVENIADA, compreendendo:
 - I - apoiar a análise jurídica do Contrato e a interpretação das respectivas cláusulas contratuais para fins de sua adequada aplicação;
 - II - dirimir dúvidas acerca do cumprimento das obrigações pecuniárias de responsabilidade do Poder Concedente e do Concessionário, como o pagamento de contraprestações, a estruturação de garantias, a aplicação de sanções pecuniárias e eventuais acerto de contas.
 - III - apoiar a análise de pleitos de reequilíbrios econômico-financeiros e prestar auxílio na celebração de termos aditivos decorrentes da necessidade de alterações no Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE RESSARCIMENTO

4.1. O assessoramento técnico a ser prestado pela **CONEVENENTE** nos termos do item 3.2 do **CONVÊNIO** não implica transferência de recursos entre a **CONVENIADA** E O **CONVENENTE** ou a assunção de qualquer outra obrigação pecuniária quando limitado à análise do Contrato de Concessão e dos termos aditivos ao Contrato celebrados até a data da assinatura do presente **CONVÊNIO**.

4.2. As atividades previstas no inciso III da alínea “a” do item 3.2. do **CONVÊNIO** poderão ser objeto de termo aditivo a este **CONVÊNIO** e ensejarão a necessidade de ressarcimento por parte da **CONVENIADA**.

4.2.1. O ressarcimento seguirá metodologia de cálculo aprovada pelo Conselho de Administração da Empresa, documentado na ata de reunião do dia 25/10/2018, excluídas as porcentagens referentes ao lucro e a margem operacional, restando somente as despesas diretas e indiretas, as quais serão previamente aprovadas pela **CONVENIADA**, conforme documentos comprobatórios da realização dos referidos custos.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA ELABORAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO E DA ANÁLISE DO REEQUILÍBRIO- ECONÔMICO FINANCEIRO

5.1. Não obstante ao previsto no item 4.2, quanto à necessidade de termo aditivo ao **CONVÊNIO** para a realização das atividades previstas o inciso III da alínea “a” do **CONVÊNIO**, OS **CONVENENTES** valem-se da oportunidade da celebração deste TERMO para dispor acerca da análise e elaboração do primeiro termo aditivo e do primeiro reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

5.2. É responsabilidade da **CONEVENENTE** o assessoramento técnico de natureza econômico-financeira e jurídica na elaboração de termo aditivo e no exame do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, conforme as premissas definidas, em anexo, na reunião realizada no dia 21/06/2018, especialmente:

5.2.1. a realização pela **CONVENIADA** de atualização das especificações dos serviços a serem executados pela **CONCESSIONÁRIA**;

5.2.2. a realização pela **CONCESSIONÁRIA** da otimização dos custos das obras previstas no Contrato;

5.2.3. o consenso entre a **CONVENIADA** e a **CONCESSIONÁRIA** para fins de se atribuir eficácia parcial ao contrato, com vistas à viabilização da emissão da ordem de serviço para início das obras do primeiro Centro de Saúde.

5.3. As despesas administrativas referentes às atividades previstas nesta Cláusula serão assumidas pela **CONEVENENTE** e ressarcidas pela **CONVENIADA**, nos termos do subitem 4.2.1 do Convênio.

5.3.1. O ressarcimento terá o valor previsto de **R\$ 86.837,72 (oitenta e seis mil oitocentos e trinta e sete reais e setenta e dois centavos)**, restringindo-se somente as despesas diretas e indiretas, devidamente estimadas conforme demonstrativo constante do Anexo I – Plano de Trabalho –, Anexo II – Detalhamento dos Custos e Anexo III – Cronograma –.

5.4. As despesas a serem ressarcidas pela **CONVENIADA** correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

2302 3401 10 301 157 2690 0010 339035 1 03 00 1. 02

6. **CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO**

6.1. O CONVÊNIO vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, com retroação de seus efeitos a **06/07/2018**.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS GARANTIAS**

7.1. **CONVENENTE** e a **CONVENIADA** dispensam a constituição de garantias para assegurar sua plena execução.

8. **CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO**

8.1. O CONVÊNIO poderá ser extinto em razão:

- a) do término do prazo de vigência;
- b) de acordo entre os **CONVENENTES**;
- c) de denúncia unilateral de qualquer dos **CONVENENTES**, por meio de comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação pelo outro partícipe, não sendo devido o pagamento de indenização, multa ou ônus de qualquer natureza em decorrência do término do **CONVÊNIO**.

8.2. Os **CONVENENTES** definirão conjuntamente o tratamento a ser dado às atividades de cooperação técnica em andamento, na ocorrência das hipóteses do item 8.1.

9. **CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

9.1. O presente **CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO** terá seu extrato publicado no Diário Oficial do Município no prazo e na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA CONVALIDAÇÃO

10.1. Ficam convalidados e ratificados todos os atos praticados no período de 06/07/2018 até a data da efetiva assinatura deste **CONVÊNIO**.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Aplica-se ao **CONVÊNIO**, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, especialmente o art. 116 do referido diploma legal.

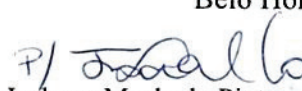
11.2. Os casos omissos serão, sempre que possível, resolvidos amigavelmente entre as partes.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

12.1. O **CONVENIENTE** e a **CONVENIADA** elegem a comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Convênio.

E para firmeza e validade de tudo quanto aqui se estipulou, lavrou-se o presente **CONVÊNIO**, que será assinado pelos **CONVENIENTES** em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas que também o subscrevem, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Belo Horizonte, 15 de Fevereiro de 2019.


Jackson Machado Pinto
Secretário Municipal de Saúde
Subsecretária de Assistência à Saúde
BM 76.354-7


Pedro Meneguetti
Diretor-Presidente
PBH ATIVOS S/A


Beatriz de Moraes Ribeiro
Diretora de Negócios
PBH ATIVOS S/A

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

ANEXO I - PLANO DE TRABALHO

I - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

O CONVÊNIO tem por objeto a mútua cooperação técnica entre a CONVENIENTE e CONVENIADA para o acompanhamento do contrato de parceria público-privada de concessão para a delegação de serviços não assistenciais de apoio e infraestrutura para rede de atenção primária à saúde do Município de Belo Horizonte, precedida de obras de reconstrução e construção de novas unidades.

II - METAS A SEREM ATINGIDAS

Meta 1: Assessoramento técnico de natureza jurídica para fins da adequada gestão pela CONVENIADA e acompanhamento do Contrato de Concessão de serviços não assistenciais de apoio e infraestrutura para rede de atenção primária à saúde do Município de Belo Horizonte, precedida de obras de reconstrução e construção de novas unidades.

Meta 2: Assessoramento técnico de natureza econômico-financeira para fins da adequada gestão pela CONVENIADA e acompanhamento do Contrato de Concessão de serviços não assistenciais de apoio e infraestrutura para rede de atenção primária à saúde do Município de Belo Horizonte, precedida de obras de reconstrução e construção de novas unidades.

III - FASES DE EXECUÇÃO

Fase 1: Assessoramento técnico de natureza jurídica e econômico-financeira ao Contrato de Concessão

Etapa/Fase	Definição	Especificação
1.1	Análise jurídica do Contrato de Concessão	Análise jurídica do Contrato e a interpretação das respectivas cláusulas contratuais para fins de sua adequada aplicação, limitada ao âmbito do Contrato de Concessão e dos termos aditivos

		celebrados até a data da assinatura do presente CONVÊNIO.
Etapas/Fase	Definição	Especificação
1.2	Análise econômico-financeira do Contrato de Concessão	Análise econômico-financeira dos valores do Contrato para fins de dirimir dúvidas acerca do cumprimento das obrigações pecuniárias de responsabilidade do Poder Concedente e do Concessionário, como o pagamento de contraprestações, a estruturação de garantias, a aplicação de sanções pecuniárias e eventuais acerto de contas, limitada ao âmbito do Contrato de Concessão e dos termos aditivos celebrados até a data da assinatura do presente CONVÊNIO.

Fase 2: Assessoramento técnico de natureza econômico-financeira e no exame do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão

Etapas/Fase	Definição	Especificação
2.1.	Análise econômico-financeira do contrato de concessão	Análise do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.
2.2	Diagnóstico Técnico	Definição e alinhamento teórico das premissas e monitoramento dos estudos.
2.3	Elaboração de Nota Técnica Econômico-Financeira	Elaboração de Nota Técnica Econômico-Financeira para fins de explicitação das premissas justificadores das análises financeiras do reequilíbrio.

Fase 3: Assessoramento técnico de natureza jurídica na elaboração de termo aditivo e no exame do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão

Etapa/Fase	Definição	Especificação
3.1	Análise jurídica do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro	Análise jurídica da proposta de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão apresentada pela Concessionária, conforme as premissas e regime de execução pré-definidos
3.2	Diagnóstico Técnico	Definição e alinhamento teórico das premissas e monitoramento dos estudos.
3.3	Elaboração de Nota Técnica Jurídica	Elaboração de Nota Técnica Jurídica para fins de explicitação dos fundamentos legais justificadores das conclusões jurídicas do estudo de reequilíbrio.
3.4	Elaboração de minuta de termo aditivo ao Contrato de Concessão	Elaboração de minuta de Termo Aditivo e respectivos anexos necessários a estabelecer as novas disposições contratuais decorrentes do reequilíbrio e das alterações de escopo e de cronograma do Contrato e elaboração dos termos aditivos e documentos eventualmente necessários ao estabelecimento da garantia contratual pelo Poder Concedente.

IV - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PELOS CONVENENTES

O assessoramento técnico a ser prestado pela CONVENENTE nos termos do item 3.2 do CONVÊNIO não implica transferência de recursos entre os a CONVENENTE e a CONVENIADA ou assunção de qualquer outra obrigação pecuniária quando limitado à análise do Contrato de Concessão e dos termos aditivos ao Contrato celebrados até a data da assinatura do presente CONVÊNIO.

As atividades previstas no inciso III da alínea "a" do item 3.2. do CONVÊNIO poderão ser objeto de termo aditivo e ensejarão a necessidade de ressarcimento por parte da CONVENIADA.

13/1
40

O ressarcimento seguirá metodologia de cálculo aprovada pelo Conselho de Administração da Empresa, documentado na ata de reunião do dia 25/10/2018, excluídas as porcentagens referentes ao lucro e a margem operacional, restando somente as despesas diretas e indiretas, as quais serão previamente aprovadas pela CONVENIADA, conforme documentos comprobatórios da realização dos referidos custos.

As despesas administrativas referentes às Fases 2 e 3, relacionadas à análise econômico-financeira do reequilíbrio contratual e à elaboração jurídica do respectivo termo aditivo, nos termos da Cláusula 5ª do CONVÊNIO possuem os seguintes valores, a serem ressarcidos à PBH Ativos após a conclusão das respectivas atividades:

ATIVIDADES	VALOR
Assessoramento técnico de natureza econômico-financeira na elaboração de termo aditivo e no exame do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão	R\$38.544,16
Assessoramento técnico de natureza jurídica na elaboração de termo aditivo e no exame do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão	R\$ 37.874,68
Diagnóstico Técnico	R\$ 10.418,88
TOTAL	R\$ 86.837,72

VI - PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO, BEM ASSIM DA CONCLUSÃO DAS ETAPAS OU FASES PROGRAMADAS

Início: 06/07/2018

Fim: data da vigência do CONVÊNIO ou data de conclusão das fases programadas, desde que não ultrapasse a data final de vigência.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2019.


Jackson Machado Pinto
Secretário Municipal de Saúde


Pedro Meneguetti
**Diretor-Presidente
PBH ATIVOS S/A**


Beatriz de Moraes Ribeiro
**Diretora de Negócios
PBH ATIVOS S/A**





ANEXO III

Id	Nome da tarefa	Duração	Trabalho	Início	Término
0	0 CENTRO DE SAÚDE - REEQUILÍBRIO DO CONTRATO	77,19 dias	642 hrs	Sex 06/07/18	Sex 26/10/18
1	1 Diagnóstico Técnico	52 dias	60 hrs	Sex 06/07/18	Qua 19/09/18
2	2 Definição da Metodologia de Análise	1 dia	15 hrs	Sex 06/07/18	Sex 06/07/18
3	3 Levantamento de Dados	1 dia	15 hrs	Sex 13/07/18	Sex 13/07/18
4	4 Monitoramento do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira e Jurídica	1 dia	15 hrs	Ter 21/08/18	Ter 21/08/18
5	5 Monitoramento do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira e Jurídica	1 dia	15 hrs	Qua 19/09/18	Qua 19/09/18
6	6 ANÁLISE JURÍDICA	73,25 dias	278 hrs	Ter 10/07/18	Qua 24/10/18
7	7 Análise do Contrato de Concessão	10 dias	80 hrs	Ter 10/07/18	Seg 23/07/18
8	8 Elaboração do Primeiro Termo Aditivo Contratual	20 dias	90 hrs	Ter 24/07/18	Qua 22/08/18
9	9 Elaboração Contrato de Penhor PPP Centro de Saúde	18 dias	108 hrs	Qui 27/09/18	Qua 24/10/18
10	10 Análise Jurídica Concluída	0 dias	0 hrs	Qua 24/10/18	Qua 24/10/18
11	11 ANÁLISE DO IMPACTO ECONÔMICO-FINANCEIRO	75,19 dias	304 hrs	Ter 10/07/18	Sex 26/10/18
12	12 Análise do Contrato de Concessão	14 dias	64 hrs	Ter 10/07/18	Sex 27/07/18
13	13 Análise da documentação do reequilíbrio	4 dias	60 hrs	Seg 30/07/18	Sex 03/08/18
14	14 Análise Fluxo de Caixa Marginal	44 dias	130 hrs	Seg 06/08/18	Ter 09/10/18
15	15 Elaboração da Nota Técnica	11 dias	50 hrs	Qua 10/10/18	Sex 26/10/18
16	16 Análise do Impacto Econômico-financeiro concluído	0 dias	0 hrs	Sex 26/10/18	Sex 26/10/18

42



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

DOM
Diário Oficial do Município

Sábado, 16 de Fevereiro de 2019 Ano:XXV - Edição N.: 5716

Poder Executivo

AA-Secretaria Municipal de Saúde

EXTRATO

Extrato de Convênio de Mútua Cooperação

Processo: 01.016000.19.40

Conveniente: PBH ATIVOS S.A

Conveniada: Município de Belo Horizonte | Secretaria Municipal de Saúde

Objeto: A mútua cooperação técnica entre a CONVENIENTE e CONVENIADA para o acompanhamento do contrato de parceria público-privada de concessão para a delegação de serviços não assistenciais de apoio e infraestrutura para rede de atenção primária à saúde do Município de Belo Horizonte, precedida de obras de reconstrução e construção de novas unidades.

Prazo de Vigência: O CONVÊNIO vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, com retroação de seus efeitos a 06/07/2018.

Valor: R\$86.837,72

Assinatura em: 15/02/2019

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2019

Jackson Machado Pinto

Secretário Municipal de Saúde